



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1434639 - SP (2021/0224901-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : EDUARDO FERNANDES DE SOUZA
AGRAVANTE : CLAUDIA RAQUEL BARROS AQUINO DE SOUZA
ADVOGADO : KELLY SACRAMENTO AMADEU - SP331183
AGRAVADO : WANDA ROGERIA CAMPOS LIMA ASSIS
ADVOGADO : RENATA FONZAR FERREIRA GAMA - SP189065
AGRAVADO : GETULIO RAIMUNDO DE ASSIS

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento com pedido de liminar interposto por EDUARDO FERNANDES DE SOUZA e CLAUDIA RAQUEL BARROS AQUINO DE SOUZA diretamente no Superior Tribunal de Justiça, mediante o qual objetiva a reforma de decisão proferida por desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O recurso é manifestamente incabível.

O agravo de instrumento destina-se, primordialmente, a atacar decisões interlocutórias proferidas por juízes de primeiro grau de jurisdição.

As hipóteses de agravo para o Superior Tribunal de Justiça são apenas aquelas previstas nos arts. 1.027, § 1º, e 1.042 do Código de Processo Civil.

O art. 1.027, § 1º, do CPC, no caso, preceitua o cabimento de agravo de instrumento para o Superior Tribunal de Justiça, nos processos em que forem partes, de um lado, estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, município ou pessoa residente ou domiciliada no País. Tal previsão não se coaduna com a hipótese ora discutida.

Ante o exposto, não conheço do recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente